

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.**

O Banco Crédito Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 31 de dezembro de 2024.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A., do período base de 31 de dezembro de 2024, foram divulgadas no *site* da Companhia em 31 de março de 2025, disponível no *sítio* eletrônico: www.ca-cib.com/pt-br/brasil.

Atenciosamente,

Diretor Presidente: Giliane Coeurderoy

Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva



CRÉDIT AGRICOLE
CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório da Administração	3
1. Contexto operacional	11
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
3. Sumário das principais políticas contábeis materiais	13
4. Aplicações interfinanceiras de liquidez	18
5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	19
6. Operações de crédito	26
7. Carteira de câmbio	27
8. Outros créditos	28
9. Transações com partes relacionadas	29
10. Depósitos	30
10.1) Depósitos.....	30
10.2) Obrigações por operações compromissada.....	30
10.3) Recursos de aceites e emissão de títulos.....	30
10.4) Resultado de operações de captações no mercado aberto.....	30
11. Obrigações por empréstimos e repasses	31
12. Outras obrigações	31
13. Patrimônio Líquido	32
14. Receita de prestação de serviços	33
15. Despesas de pessoal	33
16. Outras despesas administrativas	34
17. Despesas tributárias	34
18. Outras receitas operacionais	34
19. Outras despesas operacionais	34
20. Resultado não recorrente	35
21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	35
22. Imposto de renda e contribuição social	36
23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros	39
24. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital	39
25. Resolução 4.966	45
26. Eventos subsequentes	Erro! Indicador não definido.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 26.867.826 (R\$ 24.487.016 em dezembro de 2023), o aumento foi devido, principalmente, pelo aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez e instrumentos financeiros derivativos.

A carteira passiva atingiu R\$ 24.206.188 (R\$ 21.883.100 em dezembro de 2023), devido ao aumento em obrigações por empréstimos e repasses bem como da redução da Carteira de Câmbio.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.661.638 (R\$ 2.603.916 em dezembro de 2023), sendo sua variação impactada, principalmente, pelo resultado do exercício.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. encerrou o exercício de 2024 com lucro de R\$ 173.029 (lucro de R\$ 214.852 no exercício de 2023).

Gerenciamento de riscos

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 24.

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,71% (25,74% em 31 de dezembro de 2023).

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Comitê de auditoria e aos Diretores do
BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. (“BCAB”; “Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3(e) e 6 às demonstrações financeiras, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banco utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

As operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram considerados como um principal assunto de auditoria devido à relevância do saldo de operações de crédito no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na atribuição de ratings que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador ou grupo econômico, e ao processo de reconhecimento de receitas de juros com operações de crédito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento do processo estabelecido pelo Banco em suas operações de crédito, incluindo a realização de testes de controles relacionados com: (a) originação das operações; (b) análise e aprovação de operações de crédito de acordo com alçadas pre-estabelecidas; (c) atribuição de níveis de rating por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (d) critério de avaliação de garantias das operações.

Adicionalmente, nossa abordagem considerou: (a) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade do processo de atribuição de “ratings” aos devedores e suas respectivas operações; (b) revisão das premissas utilizadas pela Administração para aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; (c) testes, em base de amostra, de documentação das operações e consistência com atribuição de rating; (d) teste, em base de amostra, da liquidação financeira; (e) testes de conciliação de base de dados; (f) teste da apropriação de receita de juros; e (g) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo de operações de crédito e a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

2. Carteira de câmbio

Por que é um PAA?

O Banco possui saldos ativos e passivos de R\$ 14.958 milhões e R\$ 8.228 milhões, respectivamente, relacionados a operações de câmbio, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3(n) e 7 às demonstrações financeiras. As operações de câmbio são realizadas no âmbito, também, de uma atuação integrada do Banco com outras instituições ligadas ao Grupo Credit Agricole, por meio de coparticipação ou intermediação.

A Carteira de câmbio foi considerada como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos saldos patrimoniais e de resultados correspondentes e pela natureza da atuação do Grupo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle de aprovação das operações de câmbio; (b) obtenção de cartas de confirmação das operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio diretamente com os clientes do Banco e confronto dos detalhes da operação e dos montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) análise documental, em base de testes por amostras, em conjunto com o recálculo das operações; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos do Banco relativos à Carteira de Câmbio, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

3. Instrumentos financeiros derivativos

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 (d) e 5.2 às demonstrações financeiras, o BCAB atua no mercado de derivativos com diversos produtos e tem por objetivo compensar variações de posições comerciais assumidas e para oferecer possibilidade de proteção a clientes. Essas operações são mensuradas ao valor justo com base em preços, indexadores e outros parâmetros observáveis no mercado, utilizando-se modelos internos de precificação.

Devido à relevância e à natureza dessas operações e as características de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, consideramos os instrumentos financeiros derivativos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e teste dos controles internos relevantes que envolvem o processo de mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (b) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas; (c) verificação da existência das operações por meio de teste de custódia; (d) verificação de documentos e contratos, em base amostral, para confirmar a integridade das informações utilizadas para apuração do valor justo; (e) análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros derivativos e reperformance de cálculo, em base amostral; (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para registro e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão apresentados adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

O Banco está inserido em um ambiente de negócios altamente dependente de infraestrutura tecnológica. Possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças para seus diversos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação. Além disso, os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, processamento e geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banco e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os processos e controles do ambiente de tecnologia para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior

As demonstrações financeiras do Banco referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 21 de março de 2024, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 27 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

Douglas Souza De Oliveira

C22A2918F3EF48E...

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Balancos Patrimoniais Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		23.188.861	21.948.962
Caixa e equivalentes de caixa		4.890.308	3.302.338
Disponibilidades	3b	268.763	4.122
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b, 4.1 e 4.2	4.621.545	3.298.216
Relações interfinanceiras		335	465
Instrumentos financeiros		16.900.643	17.499.693
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.002.158	2.161.091
Instrumentos financeiros e derivativos	5.2 e 5.4	1.637.175	692.512
Empréstimos e financiamentos	6	1.416.151	342.497
Carteira de câmbio	6.a e 7	12.815.996	14.282.371
Negociação e intermediação de valores a receber	5.3 e 5.4	29.163	21.222
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.301)	-
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6e	(1.301)	-
Outros créditos		1.398.876	1.146.466
Rendas a receber		407	8.644
Diversos	6.a e 8a	1.394.557	1.132.166
Despesas antecipadas		3.912	5.656
NÃO CIRCULANTE		3.678.965	2.538.054
Instrumentos financeiros		3.483.928	2.393.856
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.213.573	738.228
Instrumentos financeiros e derivativos	5.2 e 5.4	128.339	245.395
Empréstimos e financiamentos	6.a	-	169.332
Carteira de câmbio	6.a e 7	2.142.016	1.240.901
Ativo fiscal diferido	8b	152.135	101.539
Outros créditos		28.522	28.184
Diversos	8a	26.903	26.283
Despesas antecipadas		1.619	1.901
Outros investimentos		207	207
Imobilizado		13.005	11.462
Outras Imobilizações de Uso		24.591	25.447
(-) Depreciações Acumuladas		(11.586)	(13.985)
Intangível		1.168	2.806
Intangíveis		8.187	8.187
(-) Amortização Acumulada		(7.019)	(5.381)
TOTAL DO ATIVO		26.867.826	24.487.016

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos Patrimoniais Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		21.919.026	19.841.312
Depósitos e demais instrumentos financeiros		21.815.023	19.694.222
Depósitos à vista	10.1	1.425	381
Depósitos Interfinanceiros	10.1	202.352	442.459
Depósitos a prazo	10.1	967.737	616.469
Obrigações por operações compromissadas	10.2	684.685	1.414.399
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.3	25.398	-
Relações interdependências		1	1
Obrigações por empréstimos e repasses	11	10.334.882	4.722.166
Instrumentos financeiros derivativos	5.2 e 5.4	1.500.128	441.855
Carteira de câmbio	7a	8.084.685	12.041.143
Negociação e intermediação de valores	5.3	13.730	15.349
Obrigações e provisões		104.003	147.090
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10	55
Sociais e estatutárias	12a	4.261	4.142
Fiscais e previdenciárias	12b	45.454	93.773
Diversos passivos	12d	54.278	49.120
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.287.162	2.041.788
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.144.988	1.922.973
Depósitos a prazo	10.1	-	55.035
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.3	32.815	22.718
Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.609.842	1.355.182
Instrumentos financeiros derivativos	5.2 e 5.4	358.755	475.836
Carteira de câmbio	7a	143.576	14.202
Obrigações e provisões		12.030	12.803
Diversos passivos	12d	12.030	12.803
Obrigações fiscais diferidas	12c	130.144	106.012
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.661.638	2.603.916
Capital social	13	2.105.673	2.105.673
Reservas de lucros		394.250	365.987
Resultado do semestre		106.869	77.103
Outros resultados abrangentes		54.846	55.153
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.867.826	24.487.016

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Resultados Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		610.882	1.136.885	1.053.174
Operações de crédito	6.f	173.997	242.284	69.245
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.1.d	394.782	771.150	870.902
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.4	42.103	123.451	113.027
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(495.951)	(862.737)	(666.914)
Operações de captações no mercado aberto	10.4	(116.189)	(219.226)	(195.501)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	11	(1.649.856)	(2.686.316)	461.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.e	(1.301)	(1.301)	-
Resultado de operações com câmbio	7c	1.271.395	2.044.106	(933.121)
RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		114.931	274.148	386.260
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(13.466)	(45.646)	(77.124)
Receitas de prestação de serviços	14	50.212	97.797	96.868
Despesas de pessoal	15	(55.689)	(108.059)	(95.803)
Outras despesas administrativas	16	(50.037)	(92.804)	(78.920)
Despesas tributárias	17	(18.472)	(37.010)	(38.125)
Outras receitas operacionais	18	105.756	180.972	110.933
Outras despesas operacionais	19	(45.236)	(86.542)	(72.077)
RESULTADO OPERACIONAL		101.465	228.502	309.136
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	364	1.260	(220)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		101.829	229.762	308.916
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22a	7.213	(52.605)	(89.143)
Provisão para imposto de renda		(11.419)	(43.259)	(62.285)
Provisão para contribuição social		(10.570)	(35.560)	(50.754)
Ativo (passivo) fiscal diferido		29.202	26.214	23.896
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS LUCROS		(2.173)	(4.128)	(4.921)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		106.869	173.029	214.852
Lucro líquido por ação - R\$		0,004299	0,006960	0,008643

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	106.869	173.029	214.852
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	1.430	(307)	26.582
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	2.599	(558)	48.331
Efeito tributário sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.169)	251	(21.749)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	108.299	172.722	241.434

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucro / Prejuízo Acumulado	Total
		Legal	Especial de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.105.673	40.480	325.507	28.571	-	2.500.231
Resultado líquido do período	-	-	-	-	214.852	214.852
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	26.583	-	26.583
Destinações:						
Reserva legal	-	10.743	-	-	(10.743)	-
Reserva especial de lucros	-	-	66.359	-	(66.359)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(137.750)	(137.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.105.673	51.223	391.866	55.153	-	2.603.915
Mutações do período	-	10.743	66.359	26.583	-	103.685
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.105.673	51.223	391.866	55.153	-	2.603.916
Resultado líquido do período	-	-	-	-	173.029	173.029
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(307)	-	(307)
Destinações:						
Reserva legal	-	8.651	-	-	(8.651)	-
Reserva especial de lucros	-	-	49.378	-	(49.378)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.105.673	59.874	441.244	54.847	-	2.661.638
Mutações do período	-	8.651	49.378	(307)	-	57.722
Saldos em 1º de julho de 2024	2.105.673	51.223	391.866	53.417	66.160	2.668.339
Resultado líquido do período	-	-	-	-	106.869	106.869
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.430	-	1.430
Destinações:						
Reserva legal	-	8.651	-	-	(8.651)	-
Reserva especial de lucros	-	-	49.378	-	(49.378)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.105.673	59.874	441.244	54.847	-	2.661.638
Mutações do período	-	8.651	49.378	1.430	(66.160)	(6.701)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do semestre e exercícios	106.869	173.029	214.852
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido			
Provisão/ (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	1.301	1.301	-
Participações nos lucros	2.173	4.128	4.921
Provisão de IR e CS	21.989	58.510	109.689
IR e CS diferido	(29.202)	(26.214)	(23.896)
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	479	1.075	817
Atualização monetária de contingências	(385)	(76)	700
Reversão provisão indedutível	(103)	(682)	(18)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	69.880	115.628	163.309
Marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	1.429	(307)	26.582
Depreciação e amortização	2.608	5.059	4.799
Baixa de bens por descarte ou perda	(203)	4.700	214
Variação monetária	(880)	(1.831)	(2.261)
Resultado de Juros não realizado	170.679	230.456	3.884
Lucro líquido ajustado	346.634	564.776	503.592
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.279)	(1.053)	823
(Aumento) / Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	210.465	625.554	(310.289)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(185)	130	195
(Aumento) em operações de créditos	(373.279)	(893.796)	(34.069)
Redução em outros créditos	371.965	157.367	1.606.885
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	874	2.026	(5.042)
(Redução) em relações interdependências (ativos e passivos)	(3)	-	(851)
Aumento em depósitos	159.740	57.170	548.298
(Redução) / Aumento em obrigações por operações compromissadas	(455.590)	(727.699)	419.073
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	2.036.730	5.804.051	(1.493.638)
(Redução) em outras obrigações	(1.913.805)	(3.888.586)	(2.027.903)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos (LCA/LF)	3.167	35.495	22.718
Aumento em resultado de exercícios futuros	-	-	1
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.334)	(40.050)	(45.242)
Total variação de ativos e passivos	15.466	1.130.609	(1.319.041)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	362.100	1.695.385	(815.449)
Atividades de investimentos			
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(2.139)	(9.665)	(3.088)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	(2.139)	(9.665)	(3.088)
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio pagos	(97.750)	(97.750)	(117.088)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de financiamento	(97.750)	(97.750)	(117.088)
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	262.211	1.587.970	(935.625)
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no início do período	4.619.635	3.298.254	4.232.159
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional no final do período	4.506.037	4.506.037	3.298.254
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	(113.598)	1.207.783	(933.905)
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no início do período	8.462	4.084	5.804
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira no final do período	384.271	384.271	4.084
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	375.809	380.187	(1.720)
Aumento / (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa totais	262.211	1.587.970	(935.625)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros recebido	847.178	1.480.445	1.224.401
Juros pago	(462.083)	(779.812)	(637.960)
Total	385.095	700.633	586.441

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“Banco”), com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, é um banco múltiplo autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 82,70% em 2024 (mesmo percentual em 2023) das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 17,30% em 2024 (mesmo percentual em 2023), ambas com sede na França e controladas por 39 Caixas Regionais de Mútuo localizadas no país.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da lei nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

Atendendo à Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a instituição divulga suas demonstrações financeiras de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

- Os Balanços Patrimoniais ao final do período corrente são apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior;
- As demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente;
- As alterações acima mencionadas, não impactam o Lucro Líquido ou Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

a) Estimativas contábeis críticas e julgamentos

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados devido às incertezas e ao nível de subjetividade envolvidos no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco Crédito Agricole Brasil S.A. estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	3o e 21
Provisão para devedores duvidosos	3e e 6e
Imposto de renda e contribuição social diferido	3m e 22
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	3d e 5.2

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2025.

b) Resolução CMN 4.966

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) tornou pública a Resolução 4.966 que estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo mesmo para:

- I. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- II. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, garantias financeiras prestadas; e compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, cujo contrato ou desembolso não possa ser bloqueado ou suspenso, ou que a Instituição não tenha capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte;
- III. designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e
- IV. evidência de informações sobre instrumentos financeiros

A adoção será prospectiva em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

Em atendimento ao Artigo 76 desta resolução, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecido, o qual não prevê neste momento grande complexidade na implementação dos novos requerimentos introduzidos pela Resolução 4.966, uma vez que

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

grande parte dos mesmos já se encontram devidamente implementados na Instituição por ocasião do seu reporte financeiro para a Casa Matriz. No entanto, algumas adaptações sistêmicas, em políticas e procedimentos foram necessárias a fim de assegurar total aderência à norma bem como dar total transparência de nossos processos internos para o Banco Central do Brasil e Auditores Externos. Este trabalho teve participação de diversas áreas do Banco e as implementações necessárias ocorreram ao longo de 2024 de acordo com publicações de instruções complementares pelo Banco Central do Brasil.

O Banco não espera efeitos materiais na adoção dessa norma, que estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. Os impactos estimados estão elencados na nota 25

3. Sumário das principais políticas contábeis materiais

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo de alta liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, e com risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	1	38
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	12.724	4.084
Depósito remunerado BACEN – moeda nacional	256.038	-
Aplicações financeiras - moeda nacional (nota 4.1)	4.249.998	3.298.216
Aplicações financeiras - moeda estrangeira (nota 4.2)	371.547	-
Caixa e equivalentes de caixa	4.890.308	3.302.338

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização reconhecido no resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e que não serão mantidos até o vencimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- operações de *swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.
- operações de opções – os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita e despesa no caso de não exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

e) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "*rating*" em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

f) Cessão de créditos

A partir de 1º de janeiro de 2009 conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, as operações de transferência de ativos financeiros são classificadas em operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação (nota 6a).

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

O Banco apura o valor recuperável de seus ativos não financeiros anualmente para realização do teste de imparidade, com exceção dos créditos tributários, que são revistos semestralmente. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável apurado, é reconhecido no resultado do período uma perda por imparidade (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo e, mensalmente, ajustados pelas respectivas depreciações/amortizações. O cálculo da depreciação do ativo imobilizado é realizado pelo método linear às taxas de: 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados; e 10% a.a. para demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

l) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Operações de câmbio

As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, ambas do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 21.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

p) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelos seus valores de realização, somados, quando aplicável, as variações monetárias e cambiais e os rendimentos. Os demais passivos são apresentados pelo valor de liquidação, somados, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais.

q) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade média ponderada de ações, conforme os critérios definidos no CPC 41, aprovado pelo regulador através da Resolução CMN nº 3.959, de 04 de setembro de 2019, cuja manutenção foi realizada pela Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

r) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações do Banco, é contabilizado em base *pro rata die* pelo período de carência (*vesting*) e liquidados em caixa. Tal benefício é parte integrante da política de bônus diferido da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada, cujos valores constam no resultado na rubrica de “Despesas de pessoal” (vide nota 15).

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, consideram-se como resultado não recorrente as receitas e despesas que não estão relacionadas com as atividades da instituição, e que não estão previstas para ocorrer com frequência nos exercícios seguintes.

O Banco considera como recorrente os resultados das atividades típicas da instituição, como prestações de serviços financeiros, aplicações e captações de recursos, e a manutenção habitual das atividades operacionais.

O resultado não recorrente está apresentado na nota 20.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

4.1) Aplicações no mercado aberto

a) Aplicações operações compromissadas

	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.249.999	1.297.782
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.999.999	2.000.434
Total Posição bancada	4.249.998	3.298.216

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
	Até 3 meses	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.249.999	1.297.782
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.999.999	2.000.434
Total Posição bancada	4.249.998	3.298.216

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na SELIC.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Resultado com operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 530.401 (R\$ 540.501 em 31 de dezembro de 2023) (nota 5.1d).

4.2) Aplicações em moeda estrangeira

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em moeda estrangeiras (nota 9)	371.547	-
Total	371.547	-

a) Resultado com aplicações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ (6.085) (R\$ (11.732) em 31 de dezembro de 2023) (nota 5.1d).

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Mercado	Ajuste MTM	Custo	Mercado	Ajuste MTM
Carteira própria	790.931	898.692	107.761	1.123.420	1.223.152	99.732
Negociação	64.433	63.311	(1.122)	72.407	72.394	(13)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	64.433	63.311	(1.122)	72.407	72.394	(13)
Títulos disponíveis para venda	555.442	664.325	108.883	1.039.277	1.139.022	99.745
Letras do Tesouro Nacional – LTN	150.820	150.272	(548)	553.756	553.829	73
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	404.622	514.053	109.431	479.782	579.451	99.669
Debêntures	-	-	-	5.739	5.742	3
Títulos mantidos até o vencimento (ii)	171.056	171.056	-	11.736	11.736	-
Debêntures	171.056	171.056	-	11.736	11.736	-
Vinculados a operações compromissadas	685.424	685.424	-	1.409.611	1.409.658	47
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	67.644	67.691	47
Debêntures	-	-	-	67.644	67.691	47
Títulos mantidos até o vencimento (ii)	685.424	685.424	-	1.341.967	1.341.967	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	223.088	223.088	-	260.360	260.360	-
Debêntures	462.336	462.336	-	1.081.607	1.081.607	-
Vinculados a prestação de garantias	641.177	631.615	(9.562)	266.023	266.509	486
Negociação	28.523	28.123	(400)	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	28.523	28.123	(400)	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	612.654	603.492	(9.162)	266.023	266.509	486
Letras do Tesouro Nacional – LTN	612.654	603.492	(9.162)	266.023	266.509	486
Total	2.117.532	2.215.731	98.199	2.799.054	2.899.319	100.265

- (i) Refere-se cotas seniores emitidas pelo Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. O Banco Crédito Agricole Brasil provê "funding" em reais aos seus clientes através de operações de Securitização – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) – onde os clientes atuam como originadores dos recebíveis a serem adquiridos pelos FIDCs e o Banco, por sua vez, como estruturador e investidor das cotas seniores de uma estrutura de fundo de fundos (FIC-FIDC).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (ii) As debêntures e CDCA estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso fossem avaliadas a valor de mercado, em 31 de dezembro de 2024, as debêntures apresentariam um ajuste negativo de R\$ 1.351 e CDCA um ajuste negativo de R\$ 1 (em 2023 as debêntures apresentariam um ajuste negativo de R\$ 1.725 e CDCA um ajuste negativo de R\$ 1)

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Banco na aquisição do título, conforme descrito na nota 3d. Em 31 de dezembro de 2024, há ajuste de marcação a mercado acumulado registrado no patrimônio líquido de R\$ 99.720 (R\$ 100.278 em 31 de dezembro 2023). O crédito tributário sobre o ajuste de marcação a mercado perfazia o montante de R\$ 44.874 (R\$ 45.125 em 31 de dezembro de 2023).

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	514.053	579.451
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior	514.053	579.451
Até 3 meses	-	925.091
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	529.764
Debêntures	-	395.327
De 3 a 12 meses	488.105	656.549
Letras do Tesouro Nacional – LTN	385.604	362.968
Debêntures	102.501	293.581
De 1 a 3 anos	1.213.573	319.207
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	223.088	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	459.594	-
Debêntures	530.891	319.207
Acima de 3 anos	-	419.021
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	-	260.360
Debêntures	-	158.661
Total	2.215.731	2.899.319

c) Composição por emissor

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de Renda Fixa		
Títulos públicos	845.198	892.732
Letras do Tesouro Nacional (i)	845.198	892.732
Títulos Privados	1.370.533	2.006.587
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA (ii)	223.088	260.360
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC (ii)	514.053	579.451
Debêntures	633.392	1.166.776
Total	2.215.731	2.899.319

- (i) Títulos custodiados na Selic.
(ii) Títulos custodiados na B3.

d) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações interfinanceira de liquidez - mercado aberto (nota 4.1)	278.694	530.401	540.501
Aplicações interfinanceira de liquidez - aplicações em moeda estrangeira (nota 4.2)	2.060	(6.085)	(11.732)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	24.126	55.543	99.604
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	16.076	31.784	61.350
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	18.195	47.089	23.996
Debêntures	55.631	112.418	157.183
Total	394.782	771.150	870.902

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

O valor de mercado dos títulos privados é obtido através do desconto do fluxo de caixa pela taxa do mercado futuro de juros DI, acrescida do spread de crédito e interpolada para os respectivos prazos

O valor das cotas de fundos de investimentos é obtido diariamente junto aos respectivos administradores dos fundos.

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. A partir da vigência da Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (*hedge accounting*).

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

Hedge

A política de utilização de *hedge* é alinhada aos limites de exposição à riscos do Grupo Crédito Agricole. Aplica-se sempre que as operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, evitando o comprometimento dos limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge*, de acordo com a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto estavam assim distribuídas no período:

	31/12/2024				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor contábil	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	29.123.829	114.452	(672.490)	-	(923.968)
CDI vs EURIBOR 6M	395.022	-	(71.325)	-	(66.538)
CDI vs EURO	679.807	(1.042)	(62.573)	4.418	(60.504)
CDI vs USD	2.626.897	-	(302.785)	-	(288.734)
CDI vs PRÉ	40.579	(60)	-	675	-
EURIBOR 6M vs USD	380.480	-	(21.703)	-	(25.114)
EURO vs USD	465.208	-	(28.135)	-	(28.045)
PRÉ vs CDI	6.643.850	116	316	72	(212.642)
PRÉ vs EURO	98.560	-	(3.357)	-	(7.194)
PRÉ vs USD	717.833	-	(163.468)	-	(165.514)
USD vs CDI	442.349	92.104	-	88.067	-
USD vs SOFR	8.034.363	(181)	(19.786)	89.077	(150.124)
SOFR vs USD	8.598.881	23.515	326	(182.309)	80.441
Contratos a termo	28.948.970	1.687.852	(871.419)	1.758.305	(930.509)
Compra a termo de moeda - NDF	17.492.978	1.688.049	947	1.757.438	(340)
Venda a termo de moeda - NDF	11.455.992	(197)	(872.366)	867	(930.169)
Contratos de opção	467.347	2.764	(3.980)	7.209	(4.406)
Compra de opção de compra – USD	53.000	740	-	-	-
Compra de opção de venda – USD	58.000	-	(1.956)	-	(4.245)
Compra de opção de compra - flexíveis	192.672	2.024	-	7.209	-
Venda de opção de venda - flexíveis	163.675	-	(2.024)	-	(161)
Total	58.540.146	1.805.068	(1.547.889)	1.765.514	(1.858.883)
Circulante	36.041.250	1.585.185	(1.384.557)	1.637.175	(1.500.128)
Não Circulante	22.498.896	219.883	(163.332)	128.339	(358.755)
Total	58.540.146	1.805.068	(1.547.889)	1.765.514	(1.858.883)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2023				
	Valor nominal dos contratos	Custo		Valor contábil	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar
Contratos de swap	30.401.075	394.271	(87.612)	519.990	(494.750)
CDI vs EURIBOR 6M	671.645	11.489	-	13.882	-
CDI vs EURO	1.060.178	84.854	-	101.199	-
CDI vs USD	3.169.037	192.443	1.424	179.407	(217)
EURIBOR 6M vs USD	646.174	23.840	-	18.259	-
EURO vs USD	780.938	5.326	(23.328)	5.298	(23.057)
PRÉ vs CDI	2.659.800	(3.847)	(12.726)	46.764	(5.191)
PRÉ vs EURO	482.238	(1.192)	-	422	-
PRÉ vs USD	616.493	38.558	-	39.924	-
USD vs CDI	260.000	-	(16.961)	-	(16.491)
USD vs SOFR	9.462.049	(596)	(36.730)	182.903	(274.665)
SOFR vs USD	10.592.523	43.396	709	(68.068)	(175.129)
Contratos a termo	23.316.090	421.174	(427.101)	417.051	(422.345)
Compra a termo de moeda - NDF	14.094.267	525	(423.199)	6.677	(416.917)
Venda a termo de moeda - NDF	9.221.823	420.649	(3.902)	410.374	(5.428)
Contratos de opção	338.500	3.927	(1.439)	866	(596)
Compra de opção de compra – USD	26.000	388	-	-	-
Compra de opção de venda – USD	142.500	2.100	-	667	-
Compra de opção de compra - flexíveis	85.000	1.439	-	199	-
Venda de opção de venda - flexíveis	85.000	-	(1.439)	-	(596)
Total	54.055.665	819.372	(516.152)	937.907	(917.691)
Circulante	30.054.865	687.239	(449.262)	692.512	(441.855)
Não Circulante	24.000.800	132.133	(66.890)	245.395	(475.836)
Total	54.055.665	819.372	(516.152)	937.907	(917.691)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

5.3) Negociação e intermediação de valores

Encontram-se registrado na rubrica negociação e intermediação de valores os ajustes a liquidar conforme demonstrado a seguir:

a) Futuros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diário - posição vendida	15.657.227	(13.730)	13.877.066	(15.349)
D11	10.408.024	(652)	8.849.625	(509)
USD	508.460	(891)	2.087.811	(786)
DDI	4.740.743	(12.187)	2.939.630	(14.054)
Ajuste diário - posição comprada	12.646.114	29.163	8.006.133	21.222
D11	5.282.632	8.204	3.834.894	1.953
USD	68.115	121	573.329	6.273
DDI	7.295.367	20.838	3.597.910	12.996
Total	28.303.341	15.433	21.883.199	5.873

(i) As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pela B3 e Reuters;
- *Swaps*: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Para a estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é considerada a qualidade creditícia de cada contraparte, associando, assim, uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros e derivativos são classificados como nível 1: as informações observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado, ocorre geralmente com frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento contínuo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

5.4) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	31/12/2024					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Compensação:						
Contratos de swap	1.791.233	7.165.733	10.812.060	626.522	8.728.281	29.123.829
Contratos de termo	13.002.037	13.614.900	2.322.677	9.356	-	28.948.970
Contratos de opção	304.357	162.990	-	-	-	467.347
Contratos de futuros	11.733.206	10.229.636	6.060.084	162.990	117.425	28.303.341
Total	26.830.833	31.173.259	19.194.821	798.868	8.845.706	86.843.487
Patrimonial - mercado						
Contratos de swap	(276.052)	(380.630)	(225.779)	(570)	(40.937)	(923.968)
Diferencial a receber	6	3.488	(112.490)	19.919	89.077	-
Diferencial a pagar	(276.058)	(384.118)	(113.289)	(20.489)	(130.014)	(923.968)
Contratos a termo	420.511	370.415	34.349	2.521	-	827.796
Diferencial a receber	746.175	880.297	129.312	2.521	-	1.758.305
Diferencial a pagar	(325.664)	(509.882)	(94.963)	-	-	(930.509)
Contratos de opção	202	2.601	-	-	-	2.803
Prêmio a exercer	4.449	2.760	-	-	-	7.209
Prêmio lançadas	(4.247)	(159)	-	-	-	(4.406)
Contratos de futuros	9.167	1.247	5.361	(212)	(130)	15.433
Diferencial a receber	11.090	7.429	10.453	50	141	29.163
Diferencial a pagar	(1.923)	(6.182)	(5.092)	(262)	(271)	(13.730)
Total	153.828	(6.367)	(186.069)	1.739	(41.067)	(77.936)

	31/12/2023					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Compensação:						
Contratos de swap	2.615.202	4.421.330	11.071.186	2.887.441	9.405.916	30.401.075
Contratos de termo	14.698.116	7.981.717	627.150	9.107	-	23.316.090
Contratos de opção	221.500	117.000	-	-	-	338.500
Contratos de futuros	10.952.494	7.233.359	3.401.174	114.617	181.555	21.883.199
Total	28.487.312	19.753.406	15.099.510	3.011.165	9.587.471	75.938.864
Patrimonial - mercado						
Contratos de swap	52.630	197.002	169.613	(405.677)	11.672	25.240
Diferencial a receber	57.408	220.921	322.122	(286.065)	205.604	519.990
Diferencial a pagar	(4.778)	(23.919)	(152.509)	(119.612)	(193.932)	(494.750)
Contratos a termo	106.343	(105.588)	(6.001)	(48)	-	(5.294)
Diferencial a receber	293.421	119.896	3.731	3	-	417.051
Diferencial a pagar	(187.078)	(225.484)	(9.732)	(51)	-	(422.345)
Contratos de opção	67	203	-	-	-	270
Prêmio a exercer	256	610	-	-	-	866
Prêmio lançadas	(189)	(407)	-	-	-	(596)
Contratos de futuros	(171)	2.314	3.556	(370)	544	5.873
Diferencial a receber	8.254	8.150	4.737	-	544	21.685
Diferencial a pagar	(8.425)	(5.836)	(1.181)	(370)	-	(15.812)
Total	158.869	93.931	167.168	(406.095)	12.216	26.089

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Futuros	97.021	128.195	(15.653)
Swap	(509.921)	(1.164.785)	817.440
Termo	453.205	1.157.852	(678.801)
Opções	1.798	2.189	(9.959)
Total	42.103	123.451	113.027

6. Operações de crédito

a) Por tipo de operação de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	181.798	206.024
Financiamentos a exportação	1.234.353	305.805
Cessão de créditos adquiridos (i) (nota 8)	1.389.022	1.124.723
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio (nota 7a)	98.138	99.479
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7a)	5.568.765	3.437.879
Total	8.472.076	5.173.910

(i) Refere-se a cessão de crédito adquirido com transferência substancial dos riscos e benefícios conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08. Em 31 de dezembro de 2024 a receita com operação de cessão de crédito foi de R\$ 134.445 (R\$ 104.056 em 2023) (nota 18).

b) Por setor de atividade

	31/12/2024	31/12/2023
Indústria	6.439.795	3.854.970
Comércio	1.086.578	686.582
Serviços	13.707	31.633
Rural	931.996	600.725
Total	8.472.076	5.173.910

c) Por faixa de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	4.772.338	2.337.997
De 3 a 12 meses	2.319.688	1.404.581
De 1 a 3 anos	1.122.950	1.283.252
De 3 a 5 anos	257.100	148.080
Total	8.472.076	5.173.910

d) Composição da carteira por nível de risco

				31/12/2024			
Nível	A vencer	Vencido	Total	Nível de provisão (%)	Valor da provisão	Provisão adicional	Total de provisão
AA	8.469.473	-	8.469.473	-	-	-	-
F	-	2.603	2.603	50%	(1.301)	-	(1.301)
Total	8.469.473	2.603	8.472.076		(1.301)	-	(1.301)
				31/12/2023			
Nível	A vencer	Vencido	Total	Nível de provisão (%)	Valor da provisão	Provisão adicional	Total de provisão
AA	5.173.910	-	5.173.910	-	-	-	-
Total	5.173.910	-	5.173.910	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

e) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	31/12/2024			31/12/2023		
	Operação de crédito	Outros créditos	Total	Operação de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	1.301	1.301	-	-	-
Reversão de PDD	-	-	-	-	-	-
Saldo do final do período	-	1.301	1.301	-	-	-

f) Resultado das operações de crédito

	2º Semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	11.183	22.873	31.022
Financiamentos	34.299	44.617	38.525
Outros (i)	128.515	174.794	(302)
Resultado líquido	173.997	242.284	69.245

(i) Composto por variação cambial R\$ 174.794 (R\$ (4.958) em 2023) e recuperação de créditos baixados para prejuízo R\$ 0 (R\$ 4.656 em 2023)

7. Carteira de câmbio

a) Carteira de câmbio

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	2.156.788	4.804.309
Câmbio comprado a liquidar com ligadas	1.927.671	4.875.995
Câmbio comprado a liquidar	10.775.415	5.743.489
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio - (nota 6a)	98.138	99.479
Total	14.958.012	15.523.272
Circulante	12.815.996	14.282.371
Realizável a longo prazo	2.142.016	1.240.901
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar com ligadas	2.032.255	4.799.915
Câmbio vendido a liquidar	340.544	-
Obrigações por compras de câmbio	11.424.227	10.693.309
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - (nota 6a)	(5.568.765)	(3.437.879)
Total	8.228.261	12.055.345
Circulante	8.084.685	12.041.143
Exigível a longo prazo	143.576	14.202

b) Operações vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais.

		31/12/2024	31/12/2023
Câmbio comprado a liquidar	Ativo	2.467.392	1.645.838
Obrigações por compras de câmbio	Passivo	(2.467.392)	(1.645.838)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Resultado das operações de câmbio

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Operações de câmbio vinculadas	144.416	238.579	(1.710)
Resultado líquido de câmbio com ligadas (Nota 9)	(36.569)	(65.028)	(116.837)
Resultado líquido das operações de câmbio	1.163.548	1.870.555	(814.574)
Resultado líquido	1.271.395	2.044.106	(933.121)

8. Outros créditos

a) Diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.394.557	1.132.166
Cessão de créditos adquiridos (nota 6a)	1.389.022	1.124.723
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.380	1.888
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 9a)	1.620	3.120
Adiantamentos e antecipações salariais	2.319	2.213
Outros	193	199
Adiantamento a fornecedores	23	23
Realizável a longo prazo	26.903	26.283
Depósitos judiciais (i)	24.871	23.297
Devedores por depósito em garantia	2.032	2.986
Total	1.421.459	1.158.449

(i) *Correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 21), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS e IOF).*

(ii) *Composto, substancialmente, por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.*

A movimentação de depósitos judiciais em garantia do período está abaixo apresentada:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo inicial do exercício	16.333	6.964	23.297	17.139	5.998	23.137
Constituições	520	1.622	2.142	1.562	443	2.005
Reversões/realizações	(2.211)	-	(2.211)	(3.757)	-	(3.757)
Atualizações	1.225	419	1.644	1.389	523	1.912
Saldo final do exercício	15.866	9.005	24.871	16.333	6.964	23.297

b) Ativo fiscal diferido

	31/12/2024	31/12/2023
Realizável a longo prazo	152.135	101.539
Créditos tributários (Nota 22b)	152.135	101.539
Total	152.135	101.539

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Nos períodos, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	6.842	-	1.702	-
Crédit Agricole CIB - Paris	6.842	-	1.702	-
Aplicações em moeda estrangeira (Nota 4.2)	371.547	-	-	(11.869)
Crédit Agricole CIB - New York	371.547	-	-	(11.869)
Valores a receber sociedades ligadas (Notas 8, 16, 18 e 19)	1.620	14.421	3.120	16.967
Crédit Agricole CIB - New York	22	5.379	42	6.321
Crédit Agricole CIB – Paris	671	6.387	2.710	9.514
Crédit Agricole CIB – Tokyo	-	21	-	61
Crédit Agricole CIB – London	-	-	-	285
Crédit Agricole CIB – Hong Kong	-	70	-	133
CA Indosuez - Paris	-	-	-	285
CA Indosuez - Suisse	927	2.564	368	368
Outros créditos (Nota 7)	1.927.671	155.379	4.875.995	(186.778)
Crédit Agricole CIB – London	8.365	-	363.709	-
Crédit Agricole CIB – Paris	1.919.306	155.379	4.512.286	(186.778)
Instrumentos financeiros derivativos	98.466	-	203.472	-
Fundo A de Investimento Multimercado	98.466	-	203.472	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Notas 14, 16, 18, e 20)	(12.018)	(33.522)	(616)	(24.070)
Crédit Agricole CIB – Paris	(11.861)	(30.670)	-	(21.519)
Crédit Agricole CIB – Singapura	(157)	(723)	-	(977)
Crédit Agricole CIB – London	-	(2.129)	(616)	(1.574)
Empréstimos no exterior (Nota 11)	(11.944.724)	(2.686.316)	(6.077.348)	461.708
Crédit Agricole CIB - New York	(11.072.886)	-	(3.579.667)	-
Crédit Agricole CIB – Tokyo	(871.838)	(2.686.316)	(2.497.681)	461.708
Outras obrigações (Nota 7)	(2.032.256)	(220.407)	(4.799.915)	69.941
Crédit Agricole CIB – London	(8.999)	-	(356.459)	-
Crédit Agricole CIB – Paris	(2.023.257)	(220.407)	(4.443.456)	69.941

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nelas.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 22.830 (R\$ 20.847 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada benefício de curto prazo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

10. Depósitos

10.1) Depósitos

	A vista		Interfinanceiro		A prazo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	1.425	381	-	-	-	-
Até 3 meses	-	-	202.352	442.459	108.670	-
De 3 a 12 meses	-	-	-	-	859.067	616.469
De 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	55.035
Total	1.425	381	202.352	442.459	967.737	671.504

10.2) Obrigações por operações compromissada

	Carteira própria	
	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	684.685	1.414.399
Debêntures	461.672	1.147.707
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	223.013	266.692
Total	684.685	1.414.399

Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações por operações compromissadas são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual entre 91% e 97% (em 31 de dezembro de 2023, o percentual foi entre 85% e 96%)

10.3) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Letras Financeiras	
	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	25.398	-
De 1 a 3 anos	32.815	22.718
Total	58.213	22.718

Em 31 de dezembro de 2024, as operações de Letras Financeiras são compostas por valores indexados ao CDI, com percentual de entre 70% e 85% (em 31 de dezembro de 2023, o percentual foi de 100%)

10.4) Resultado de operações de captações no mercado aberto

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de depósito interfinanceiro	(10.307)	(22.166)	(7.459)
Despesas de depósito a prazo	(52.808)	(87.476)	(33.534)
Despesas de operações compromissadas	(49.283)	(103.060)	(151.408)
Despesas de letras financeiras	(3.168)	(5.495)	(2.719)
Contribuição ordinária	(623)	(1.029)	(381)
Total	(116.189)	(219.226)	(195.501)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

11. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Empréstimos no exterior

As operações de empréstimos captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole, no montante de USD 1.769.661 e JPY 22.085.055 (USD 864.461 e JPY 73.008.978 em 2023), estão representados abaixo, convertidos pela taxa PTAX do final do exercício:

	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
Recursos captados moeda estrangeira	0,54% a 7,56% a.a.	10.586.122	5.820.467
Juros de recursos captados moeda estrangeira		128.283	87.255
IR sobre recursos captados moeda estrangeira		141	44
Total		10.714.546	5.907.766

b) Obrigações por repasse do exterior

As operações de repasse captados no exterior, juntos ao Crédit Agricole – NY, no montante de USD 198.682 (USD 35.033 em 2023), estão representados abaixo, convertidos pela taxa PTAX do final do exercício:

	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
Recursos captados com CA - NY	4,21% a 5,5% a.a.	1.207.437	169.332
Juros de recursos captados com CA - NY		22.741	250
Total		1.230.178	169.582

c) Por faixa de vencimento

	Empréstimos no exterior		Repasse do exterior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	4.386.382	2.401.167	637.818	-
De 3 a 12 meses	4.718.322	2.320.749	592.360	250
De 1 a 3 anos	1.609.842	1.185.850	-	169.332
Total	10.714.546	5.907.766	1.230.178	169.582

d) Resultado das obrigações por empréstimos e repasses

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos no exterior	(1.491.362)	(2.473.741)	432.696
Variação cambial	(1.239.988)	(2.047.515)	651.796
Juros	(250.593)	(424.835)	(216.517)
Outros	(781)	(1.391)	(2.583)
Obrigações por repasse do exterior	(158.494)	(212.575)	29.012
Variação cambial	(129.471)	(176.395)	47.866
Juros	(29.023)	(36.180)	(18.854)
Total	(1.649.856)	(2.686.316)	461.708

12. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	4.261	4.142
Programa para participação dos resultados (i)	4.261	4.142
Total	4.261	4.142

(i) esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

b) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	45.454	93.773
Impostos e contribuições a recolher	6.953	29.326
Impostos e contribuições sobre os lucros	38.501	64.447
Total	45.454	93.773

c) Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2024	31/12/2023
Exigível a longo prazo	130.144	106.012
Impostos e contribuições diferidos (Nota 22b)	130.144	106.012
Total	130.144	106.012

d) Diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	54.278	49.120
Valores a pagar - ligadas (Nota 9a)	12.018	616
Despesas com pessoal	35.550	31.681
Despesas administrativas	1.588	8.422
Receita diferida	364	1.816
Rebates a pagar	1.900	4.177
Provisão de impostos sobre importação	2.051	310
Fornecedores	717	1.623
Outros valores a pagar	90	475
Exigível a longo prazo	12.030	12.803
Outros passivos contingentes (Nota 21 b)	12.030	12.803
Total	66.308	61.923

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.105.673 (mesmo valor em 2023) e está representado por 24.859.617.114 (mesmo montante em 2023) ações, sendo 24.289.284.928 (mesmo valor em 2023) ações ordinárias e 570.332.186 (mesmo montante em 2023) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

b) Reserva legal

A reserva legal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 59.874 (R\$ 51.223 em 2023) e deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, mediante decisão em assembleia geral, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de uma distribuição menor ou a retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição pelo Banco ocorre, quando aplicável, anualmente.

d) Juros sobre capital próprio

	31/12/2024			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	115.000	0,46260	16/12/2024	19/12/2024
Total aos acionistas	115.000	0,46260		

	31/12/2023			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	137.750	0,55411	21/12/2023	27/12/2023
Total aos acionistas	137.750	0,55411		

e) Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 441.245 (R\$ 391.866 em 2023) é destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do exercício após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

14. Receita de prestação de serviços

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Comissão Adiantamentos de Contratos de Câmbio	25.020	40.475	12.557
Rendas de garantias prestadas	14.173	25.572	13.058
Prestação de serviços - ligadas (nota 9a)	5.830	13.978	16.643
Comissão de estruturação - ACC	878	7.220	-
Comissão de estruturação - Project Finance	1.712	6.671	23.144
Comissão de estruturação - FIDC	462	1.434	1.674
Comissão de estruturação - empréstimos	168	168	-
Comissão de compromisso	-	292	1.034
Manutenção de contas correntes	29	47	25
Assessoria Financeira	1.939	1.940	26.731
Serviços com transição DTVM	-	-	1.352
Comissão de distribuição	-	-	503
Comissão colocação de títulos	-	-	148
Total	50.212	97.797	96.868

15. Despesas de pessoal

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(25.399)	(46.538)	(41.045)
Encargos	(14.245)	(31.911)	(28.830)
Honorários	(8.949)	(15.888)	(14.021)
Benefícios (i)	(6.724)	(13.217)	(11.613)
Outras	(372)	(505)	(294)
Total	(55.689)	(108.059)	(95.803)

(i) Inclui provisão referente a gratificação para diretoria do período atual.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

16. Outras despesas administrativas

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Prestação de serviços - ligadas (Nota 9a) - Despesas	(17.821)	(31.936)	(23.724)
Processamento de dados	(9.726)	(19.053)	(17.305)
Serviços do sistema financeiro	(6.867)	(13.218)	(12.038)
Serviços técnicos	(5.973)	(10.968)	(9.984)
Depreciação e amortização	(2.608)	(5.059)	(4.799)
Aluguéis	(1.561)	(3.933)	(3.416)
Outras despesas administrativas	(3.653)	(4.992)	(4.460)
Viagens	(857)	(1.696)	(1.308)
Manutenção	(245)	(608)	(879)
Seguros	(105)	(261)	(311)
Comunicação	(135)	(257)	(272)
Transportes	(264)	(379)	(159)
Água, energia e gás	(114)	(230)	(109)
Material	(74)	(132)	(93)
Publicações	(24)	(51)	(44)
Serviços de terceiros	(10)	(31)	(19)
Total	(50.037)	(92.804)	(78.920)

17. Despesas tributárias

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(13.385)	(25.553)	(28.125)
ISS	(2.430)	(6.455)	(4.552)
PIS	(2.175)	(4.152)	(4.570)
Outras despesas tributárias	(482)	(850)	(878)
Total	(18.472)	(37.010)	(38.125)

18. Outras receitas operacionais

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de permanência de crédito (nota 6a e 8a)	73.669	134.445	104.056
Rendas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	12.082	18.713	-
Rendas de depósito remunerado	16.266	20.043	-
Rendas de compromisso de aquisição de quotas de Fundos	1.997	4.021	4.080
Variações monetárias (i)	925	1.901	2.309
Variações monetárias ligadas (nota 9)	625	950	377
Recuperação de encargos e despesas	83	84	91
Reversão de provisão (ii)	103	682	18
Outras rendas operacionais	6	133	2
Total	105.756	180.972	110.933

(i) Representada, substancialmente, por atualizações Selic de depósitos judiciais e impostos a compensar.

(ii) Referente a reversão de provisão de despesas administrativas e custos de clearing.

19. Outras despesas operacionais

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Recorrente	(45.236)	(86.542)	(71.180)
Despesas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	(21.956)	(42.358)	(45.076)
Despesas de rebates	(20.648)	(40.150)	(22.842)
Juros/multas s/impostos	(3)	(5)	(1.286)
Provisão para contingências fiscais	(537)	(1.252)	(1.319)
Outras despesas operacionais	(210)	(290)	(58)
Provisão para contingências trabalhistas	(186)	(376)	(199)
Variações monetárias - ligadas (Nota 9)	(1.696)	(2.093)	(399)
Provisão para contingências cível	-	(18)	(1)
Não recorrente	-	-	(897)
Outras despesas operacionais (i)	-	-	(897)
Total	(45.236)	(86.542)	(72.077)

(i) Refere-se substancialmente à Impostos e contribuições a compensar reconhecidos como perda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

20. Resultado não recorrente

	2º semestre / 2024	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas operacionais (nota 19)	-	-	(897)
Resultado não operacional	364	1.260	(220)
Total	364	1.260	(1.117)

21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2024 assim como em 31 de dezembro de 2023.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco mantinha o montante de R\$ 12.030 (R\$ 12.803 em 31 de dezembro de 2023) (nota 12d) registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 8.038 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.110 em 31 de dezembro de 2023) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 3.972 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2023) para contingências referentes a processos trabalhistas; R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.095 em 31 de dezembro de 2023) substancialmente referente declarações de compensações apresentadas em 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita Federal; e R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024 para contingências referentes a processos civis (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	9.205	3.596	2	12.803	8.048	3.397	2	11.447
Constituições	699	-	18	717	602	-	-	602
Reversões/realizações	(2.419)	-	-	(2.419)	(162)	-	-	(162)
Atualizações	553	376	-	929	717	199	-	916
Saldo final do exercício	8.038	3.972	20	12.030	9.205	3.596	2	12.803

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	8.038	8.038	9.205	9.205
Riscos trabalhistas	3.972	3.972	3.596	3.596
Riscos cível	20	20	2	2
Total	12.030	12.030	12.803	12.803

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	25.437	29.689
Riscos trabalhistas (ii)	24.925	25.513
Riscos civis	86	67
Total	50.448	57.040

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(78.551)	(113.039)
Imposto de renda e contribuição social exercício anterior	(607)	-
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	14.634	13.165
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	11.919	10.731
	(52.605)	(89.143)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	229.762	308.916
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(57.441)	(77.229)
Contribuição Social - alíquota de 20%	(45.953)	(61.783)
Tributação sobre o lucro e participações	(103.394)	(139.012)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	51.396	49.869
Participação nos lucros	1.858	2.214
Outras adições e exclusões	49.538	47.655
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(51.998)	(89.143)
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios de exercícios anteriores (ii)	(607)	-
Total	(52.605)	(89.143)

(i). Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no Exercício;

(ii). Referente a adesão ao programa Litígio Zero sobre IR e CSLL do ano de 2009 em discussão.

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e Resolução CMN nº 4.441/2015, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Marcação a mercado TVM e derivativos	9.666	52.119	(9.666)	52.119
Participações no lucro	1.036	1.065	(1.036)	1.065
Gratificação	6.110	7.020	(6.109)	7.021
14° Salário	402	422	(402)	422
Provisão para contingências	2.630	324	-	2.954
Provisão para perdas	-	325	-	325
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.185	-	-	6.185
Outras adições e exclusões	529	3.733	(353)	3.909
Prejuízo fiscal	29.036	-	(19.451)	9.585
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	55.594	65.008	(37.017)	83.584
Marcação a mercado TVM e derivativos	7.733	41.695	(7.734)	41.694
Participações no lucro	828	852	(828)	852
Gratificação	4.888	5.617	(4.888)	5.617
14° Salário	321	338	(321)	338
Provisão para contingências	2.107	259	-	2.366
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	260	-	260
Operação de Crédito baixado como prejuízo	4.948	-	-	4.948
Outras adições e exclusões	422	2.986	(283)	3.125
Base negativa	24.698	-	(15.348)	9.350
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	45.945	52.007	(29.402)	68.550
Total	101.539	117.015	(66.419)	152.135

Descrição	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Marcação a mercado TVM e derivativos	5.488	9.666	(5.488)	9.666
Participações no lucro	749	1.036	(749)	1.036
Gratificação	5.373	6.110	(5.373)	6.110
14° Salário	379	402	(379)	402
Provisão para contingências	2.343	287	-	2.630
Operação de Crédito baixado como prejuízo	8.187	-	(2.002)	6.185
Outras adições e exclusões	122	407	-	529
Prejuízo fiscal	56.437	-	(27.401)	29.036
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	79.078	17.908	(41.392)	55.594
Marcação a mercado TVM e derivativos	4.391	7.733	(4.391)	7.733
Participações no lucro	599	828	(599)	828
Gratificação	4.298	4.888	(4.298)	4.888
14° Salário	303	321	(303)	321
Provisão para contingências	1.876	231	-	2.107
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.550	-	(1.602)	4.948
Outras adições e exclusões	97	325	-	422
Prejuízo fiscal	46.419	-	(21.721)	24.698
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	64.533	14.326	(32.914)	45.945
Total	143.611	32.234	(74.306)	101.539

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Marcação a mercado TVM e derivativos	(58.906)	(72.302)	58.906	(72.302)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(58.906)	(72.302)	58.906	(72.302)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(47.106)	(57.842)	47.106	(57.842)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(47.106)	(57.842)	47.106	(57.842)
Total	(106.012)	(130.144)	106.012	(130.144)

Descrição	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Marcação a mercado TVM e derivativos	(83.462)	(58.906)	83.462	(58.906)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(83.462)	(58.906)	83.462	(58.906)
Marcação a mercado TVM e derivativos	(66.769)	(47.106)	66.769	(47.106)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(66.769)	(47.106)	66.769	(47.106)
Total	(150.231)	(106.012)	150.231	(106.012)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, está apresentada da seguinte forma:

	31/12/2024								
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	6.299	3.286	-	-	-	-	-	-	9.585
Diferenças temporárias	31.547	10.948	22.570	1.020	3.804	2.058	1.123	930	74.000
Total	37.846	14.234	22.570	1.020	3.804	2.058	1.123	930	83.585
Valor presente	32.918	11.312	16.890	719	2.457	1.218	609	462	66.585
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	5.040	4.310	-	-	-	-	-	-	9.350
Diferenças temporárias	25.239	8.758	18.056	816	3.043	1.646	898	744	59.200
Total	30.279	13.068	18.056	816	3.043	1.646	898	744	68.550
Valor presente	26.337	10.385	13.512	575	1.965	974	487	370	54.605
Total									
Prejuízo fiscal	11.339	7.596	-	-	-	-	-	-	18.935
Diferenças temporárias	56.786	19.706	40.626	1.836	6.847	3.704	2.021	1.674	133.200
Total	68.125	27.302	40.626	1.836	6.847	3.704	2.021	1.674	152.135
Valor presente	59.255	21.697	30.402	1.294	4.422	2.192	1.096	832	121.190

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2023							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Imposto de Renda								
Prejuízo fiscal	12.488	12.292	4.256	-	-	-	-	29.036
Diferenças temporárias	8.352	4.463	7.196	2.103	235	-	4.209	26.558
Total	20.840	16.755	11.452	2.103	235	-	4.209	55.594
Valor presente	18.763	13.867	8.650	1.438	145	-	2.108	44.971
Contribuição Social								
Prejuízo fiscal	9.991	9.833	4.874	-	-	-	-	24.698
Diferenças temporárias	6.682	3.570	5.757	1.683	188	-	3.367	21.247
Total	16.673	13.403	10.631	1.683	188	-	3.367	45.945
Valor presente	15.011	11.093	8.030	1.151	116	-	1.686	37.087
Total								
Prejuízo fiscal	22.479	22.125	9.130	-	-	-	-	53.734
Diferenças temporárias	15.034	8.033	12.953	3.786	423	-	7.576	47.805
Total	37.513	30.158	22.083	3.786	423	-	7.576	101.539
Valor presente	33.774	24.960	16.680	2.589	261	-	3.794	82.058

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis até 2032 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 121.190 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 82.058 em 31 de dezembro de 2023), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2024 tenham sua realização futura até o ano de 2032.

23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros registrados e não há provisão para devedores duvidosos sobre garantias prestadas em 2024 e 2023.

24. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como segmento S3, de acordo com a Resolução 4.553 do CMN, possui **Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital**, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no **Regimento Interno do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Capital** disponível no site <https://www.ca-cib.com/pt-br/brasil>.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas periodicamente, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o Diretor Financeiro, e aprovadas pela Diretoria.

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos à terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
2. Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da área de Risco de Crédito;
3. Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“*rating*”), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
4. Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos de performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc); e exigência de mitigantes de risco de crédito, quando necessário, através de cláusulas contratuais e garantias reais, avais/fianças, etc.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A área de Risco de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado; publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização das mesmas com total independência em relação à Tesouraria; e organiza os comitês:

1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar o risco de mercado e os resultados da Tesouraria, além de aprovar os limites;
2. Comitê de Precificação, com finalidade de analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Os limites do Conglomerado estão focados no *Value-at-Risk* e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

1. Quantitativo: inclui o *Value-at-Risk*, cenários específicos de stress-test e indicadores adicionais como, por exemplo, o stop-loss;
2. Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, mercados autorizados, etc.

O processo de gerenciamento de limite executado pela área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem a interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;
- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar a Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;
- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

A estrutura de controles internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

1ª linha – Linhas de Negócios e Operações:

- 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;
- 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

2ª linha – Riscos e Compliance:

- 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.

3ª linha – Auditoria:

- Controles periódicos de todas as atividades.

- **Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados, mensalmente, indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

- **Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

Os ativos da carteira bancária incluem, mas não estão limitados a operações compromissadas, títulos públicos federais, debêntures, CDCAs, aplicações em cotas de FIDC, operações de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, derivativos dentre outros. Os passivos da carteira bancária incluem, entre outros, certificados de depósitos, letras financeiras, operações compromissadas, obrigações por empréstimos e repasses e derivativos.

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (Δ EVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (Δ NII).

- **Risco Social, Ambiental e Climático**

O Risco Social, Ambiental e Climático é definido como a possibilidade de perdas nos negócios e atividades do Conglomerado ocasionadas por:

- Riscos sociais: eventos associados à violação de direitos humanos e garantias fundamentais, ou atos lesivos ao interesse coletivo (atos de assédio, discriminação, trabalho infantil, escravidão, etc.);
- Riscos ambientais: eventos associados à degradação do meio ambiente, como o uso excessivo de recursos naturais, desastres ambientais resultantes da intervenção humana, poluição, conduta ou atividade irregular, ilegal ou criminosa contra a fauna e/ou a flora, incluindo o desmatamento;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- Riscos climáticos:
 - i. “de transição”: eventos associados ao processo de transição de um cliente para uma economia de baixo carbono, incluindo alterações na legislação, regulamentação ou na atuação governamental, inovações tecnológicas, mudanças na oferta e na demanda de produtos e serviços, percepções negativas dos clientes, do mercado financeiro ou da sociedade sobre o impacto e/ou contribuição das atividades da instituição financeira;
 - ii. “físico”: eventos associados a condições ambientais extremas que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos: intempéries frequentes e severas (secas, inundações, tempestades, ciclones, geadas e incêndios florestais), alterações ambientais de longo prazo (aumento do nível do mar, desertificação, mudanças nos padrões de temperatura), ou ainda a migração humana em massa decorrente dos eventos climáticos.

Gerenciamento de Capital

O Conglomerado mantém Estrutura de Gerenciamento de Capital integrada à Estrutura de Gerenciamento de Riscos, permitindo o monitoramento e o controle do seu Capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. A avaliação considera as características das operações registradas no balanço da instituição, assim como possíveis impactos relacionados aos objetivos estratégicos, incluindo metas e projeções, assim como a definição das principais fontes de capital.

O gerenciamento de capital compreende:

- Monitoramento e controle permanente do capital da instituição de forma a manter o Patrimônio de Referência, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Elaboração de Plano de Capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando ameaças e oportunidades relativas aos ambientes econômico e de negócios e levando-se em consideração os objetivos estratégicos nos próximos três anos. Anualmente, o Plano de Capital é revisado e aprovado pela Diretoria;
- Realização de Teste de Estresse Integrado periódico através de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, com avaliação dos respectivos impactos sobre o Capital;
- Elaboração de Plano de Contingência de Capital, atualizado e aprovado pela Diretoria, estabelecendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos alinhados aos objetivos da Instituição e para fazer frente a eventuais situações adversas. Tal plano prevê como possíveis fontes de recurso adicional o aumento de capital e a captação, junto à Matriz, de instrumentos de dívidas elegíveis ao capital adicional nível II, além de medidas de recuperação como, por exemplo, a suspensão de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, a restrição para novos negócios, a redução da exposição ao risco de mercado através da reversão de posições e/ou venda de ativos, a redução da exposição ao risco de crédito através da venda de ativos e/ou com o uso de instrumentos mitigadores.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Os índices de capital foram apurados conforme as Resolução CMN nº 4.955 de 21 de outubro de 2021. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2024 é de 17,71% (25,74% em 31 de dezembro de 2023) sendo sua apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
PR - Patrimônio de Referência	2.640.857	2.575.918
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.606.114	2.548.201
Ajustes de reavaliação patrimonial	54.846	55.153
Ajuste prudencial	(20.103)	(27.436)
Ativos ponderados pelos riscos (RWA)	14.909.201	10.009.382
Risco de crédito (RWACpad)	13.170.496	8.594.138
Privado bancário	4.682.838	3.318.379
Privado não bancário	8.480.893	5.275.759
Público não bancário	6.765	-
Risco de mercado (RWAMpad)	36.696	96.786
Exposição cambial	33.862	88.485
Exposição de juros	2.834	8.301
Risco operacional (RWAOpad)	859.830	676.615
Risco em derivativos (RWACVA)	842.179	641.843
PR mínimo requerido para RWA	1.192.736	800.751
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.448.121	1.775.167
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	79.595	13.743
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.368.526	1.761.424
Adicional de Conservação de Capital	372.730	162.652
Índice de Basileia	17,71%	25,74%
Índice de Basileia amplo	16,86%	25,70%

25. Resolução 4.966

Conforme disposto no artigo 78 da Resolução CMN 4.966, os principais impactos da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução a serem divulgados são:

ATIVO	Dez 2024	Ajustes Cosif	Ajustes de critério contábil	Saldo teórico após ajustes
Instrumentos financeiros derivativos	1.765.514	358.182	(3.437)	2.120.259
Carteira de câmbio	14.958.012	(14.958.012)	-	-
Outros ativos financeiros com características de concessão de crédito	-	7.928.386	-	7.928.386
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.301)	-	(12.282)	(13.584)
Diversos	1.421.459	(1.389.022)	-	32.437
TOTAL DE AJUSTES		(8.060.466)	(15.719)	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Dez 2024	Ajustes Cosif	Ajustes de critério contábil	Saldo teórico após ajustes
Instrumentos financeiros derivativos	1.858.883	219.265	(70.501)	2.007.647
Carteira de câmbio	8.228.261	(8.228.261)	-	-
Diversas	66.307	(51.471)	-	14.837
Obrigações fiscais diferidas	130.144	-	24.652	154.304
Reservas de lucros	501.119	-	30.130	530.648
TOTAL DE AJUSTES		(8.060.466)	(15.719)	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ajustes COSIF

Referentes a reclassificações entre linhas do balanço patrimonial para refletir as mudanças de rubricas contábeis e características do produto, conforme seguem:

Do saldo líquido da carteira de câmbio no valor de R\$ 6.729.751, foram realocados, R\$ 190.387 referentes a operações de câmbio a liquidar, para instrumentos financeiros derivativos e R\$ 6.539.364, referente a valores em moeda estrangeira a receber de operações de câmbio a liquidar cujo valor em reais foram adiantados aos clientes, para outros ativos financeiros com características de concessão de crédito. O valor de R\$ 51.471 foi realocado da linha de diversas obrigações para instrumentos financeiros derivativos, refere-se à componente da marcação a mercado destes instrumentos. O valor de R\$ 1.389.022 referente a cessão de créditos adquiridos foi transferido da linha de diversos ativos para outros ativos financeiros com características de concessão de crédito

Ajustes de critério contábil

Referentes as mudanças de critérios contábeis determinados na Resolução 4.966, com impacto positivo de R\$ 30.130 no patrimônio líquido em 2025.

O valor de R\$ 73.938 referente a marcação a mercado da antiga carteira de câmbio que passou a ser classificado como instrumento financeiro derivativo, o valor de R\$ 12.282 referente a provisão de perda esperada e R\$ 24.652 referente ao efeito fiscal diferido aplicado sobre tais ajustes

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

Assinaturas

Diretor Financeiro: Jean-Christophe Gilbert

Contador: Felipe Mendes da Silva